



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 24 de novembro de 2024

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,74% São Paulo	127.768 18/11 129.125 19/11 20/11 21/11	R\$ 5,814 (+ 0,05%)	14/novembro 5,788 19/novembro 5,767 20/novembro 5,767 21/novembro 5,811	R\$ 1.412	R\$ 6,053	11,15%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53

GOVERNO LULA

Visita de Xi Jinping impulsiona a economia entre os dois países, com previsão de bilhões em investimentos e novos mercados para o agronegócio nacional. Parceria prevê transferência de tecnologia e obras de infraestrutura

O dragão chinês pousa no Brasil

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR



Cerimônia oficial de chegada de Xi Jinping a Brasília, no feriado de quarta-feira: maior parceiro comercial do Brasil

A visita de Xi Jinping a Brasília, na semana passada, marcou uma nova aproximação entre Brasil e China. Os 37 acordos de cooperação assinados no Palácio da Alvorada prometem avançar o desenvolvimento brasileiro com um grande volume de investimentos em áreas como a industrialização, agronegócio e infraestrutura. Com a elevação do status diplomático, pode avançar também no ranking dos maiores investidores — de olho especialmente nos grandes projetos de infraestrutura.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009, com um fluxo de US\$ 157 bilhões no ano passado, sendo US\$ 51,1 bilhões de superávit para o lado brasileiro. A maior parte das exportações brasileiras é do agronegócio, e as importações são, majoritariamente, componentes eletrônicos e produtos industrializados.

O destaque da visita de Xi certamente foi o anúncio de uma “sinergia” entre os projetos brasileiros de desenvolvimento e a Iniciativa Cinturão e Rota, a “nova rota da seda”, que reúne investimentos da ordem de US\$ 1 trilhão em 120 países diferentes. O Brasil se negou a aderir formalmente à iniciativa, mas chegou a um acordo diplomático em que mantém sua autonomia para decidir caso a caso quais projetos receberão investimentos e dribla possível mal-estar com os Estados Unidos.

Autoridades do Brasil e da China vão discutir, em conjunto, quais obras dentro do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Nova Indústria Brasil (NIB), do Plano de Transformação Ecológica e do Programa Rotas de Integração Sul-Americana receberão aportes, e os primeiros resultados devem ser definidos em dois meses. Nesse último programa, os asiáticos vão cooperar com a iniciativa brasileira de interligar os países da América do Sul, incluindo acesso ao megaporto de Chancay, no Peru, recém-inaugurado pelo governo de Xi Jinping. Quando as obras forem concluídas, as exportações brasileiras para a China terão que percorrer um caminho muito menor.

Ainda na área de investimentos, outro marco foi alcançado: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o China Development Bank (CDB) fecharam o primeiro empréstimo na moeda chinesa, o renminbi, e não em dólar. O CDB aportou RMB 5 bilhões, cerca de R\$ 4 bilhões, com prazo de pagamento de até três anos. O valor foi agregado à carteira de investimentos do BNDES. Diminuir a dependência do dólar para transações financeiras é um dos objetivos tanto do Brasil quanto da China, assim como dos demais integrantes do Brics.

O agronegócio, principal setor econômico na relação entre



Basicamente, a China hoje é o único país que tem um piscina de dólares para poder investir em vários lugares do mundo. O Brasil é relativamente estável, não tem guerra civil, tem alguma estabilidade política e institucionalidade. É um bom destino para esse investimento"

Leonardo Paz, pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da FGV

os dois países, também foi beneficiado pelos acordos. Eles incluem a abertura do mercado chinês — com 1,4 bilhão de consumidores — para quatro novos produtos: uvas; gergelim; farinha e óleo de peixe, além de outras proteínas e gorduras de pescado para alimentação animal; e sorgo. Os documentos definem os requisitos fitossanitários para a venda dos produtos, ou seja, protocolos e normas de segurança que devem ser seguidos. Outros dois pactos incluem a cooperação para regulamentação e tecnologia de pesticidas, e cooperação técnica, científica e comercial no setor agrícola.

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), os novos mercados, com a liberação da venda de noz-pecã para a China, podem render até US\$ 500

milhões a mais por ano. Atualmente, o país asiático é o principal destino do agro brasileiro e, em 2023, importou US\$ 60,24 bilhões em produtos, especialmente soja, milho, açúcar, carnes bovina, suína e de frango, celulose e algodão. O Mapa também destacou o acordo feito com a cafeteria chinesa Luckin Coffee um dia antes da visita do presidente Xi, que envolve a compra de 240 mil toneladas de café brasileiro entre 2025 e 2029, com valor estimado em US\$ 2,5 bilhões.

Em tecnologia, os acordos de cooperação incluem áreas, como a indústria fotovoltaica, tecnologia nuclear para fins pacíficos — como a produção de medicamentos — aceleradores de partículas, inteligência artificial, mecanização e IA para agricultura familiar, economia digital e

internet por satélites. Esse último inclui um acordo com a SpaceSail, concorrente chinesa da americana Starlink, do bilionário Elon Musk, que atualmente fornece internet para órgãos públicos em locais remotos. Outras áreas envolvidas nos acordos foram esporte, turismo, cultura, saúde, mineração e mídia estatal.

Bom timing

O pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da FGV Leonardo Paz aponta que o Brasil sempre teve dificuldade para investir em projetos estruturantes, como parques industriais e infraestrutura, com recursos próprios, e acaba dependendo de aportes externos. Ele cita como limitações os altos juros, a baixa poupança e as “loucuras” da administração pública, como o orçamento secreto — que acabou com a transparência de uma fatia bilionária do erário. Dessa forma, a aproximação com a China pode ajudar a superar esses obstáculos para o desenvolvimento.

“Basicamente, a China hoje é o único país que tem um piscina de dólares para poder investir em vários lugares do mundo. O Brasil é relativamente estável, não tem guerra civil, tem alguma estabilidade política e institucionalidade. É um bom destino para esse investimento”, comentou o especialista.

Paz avalia ainda como “muito positiva” a diversificação dos

acordos assinados na quarta-feira, que inclui cooperação em áreas de ponta, como inteligência artificial e aceleradores de partículas, e na indústria e infraestrutura. “O Brasil tem necessidade extrema de investir em indústria. Se você fala que vai fazer Plano Safra, de R\$ 500 bilhões, todo mundo acha razoável. Se fala que vai dar R\$ 100 bilhões para a indústria, vira uma gritaria”, lamentou.

Já o especialista em direito internacional empresarial Marcelo Godke aponta que os acordos são benéficos não apenas para o Brasil, mas também para a China, que enfrenta um esfriamento de sua economia e prevê perda de seu poder de venda nos Estados Unidos no governo de Donald Trump, a partir do ano que vem. O republicano promete taxar fortemente produtos importados.

“Então, esses acordos vêm em boa hora. A economia chinesa deu uma esfriada, o índice de crescimento despencou. A possibilidade de se investir em infraestrutura no Brasil reflete um pouco essa necessidade de colocar dinheiro onde vai ter mais retorno”, afirmou. Sobre a cooperação em alta tecnologia, Godke avalia que, em um primeiro momento, a China será a maior beneficiada com a venda de seus produtos para o Brasil. No longo prazo, porém, o Brasil também tende a se beneficiar com o aumento de produtividade e mesmo com o desenvolvimento de tecnologias próprias.

Repercussão dos bloqueios

» FERNANDA STRICKLAND

O recente bloqueio de R\$ 6 bilhões no orçamento federal expõe os esforços e desafios do governo brasileiro para equilibrar as contas públicas, diante de limitações orçamentárias, elevado gasto público e receitas abaixo do esperado. Economistas apontam que, embora a medida seja necessária para alinhar o orçamento à meta de déficit zero, ela reflete dificuldades mais profundas na gestão fiscal e na redução de despesas estruturais.

Segundo Otto Nogami, economista do Inspier, o bloqueio é uma resposta às limitações do Orçamento e ao crescimento inesperado de gastos continuados, como benefícios previdenciários. “O governo busca mostrar compromisso com o ajuste fiscal, mas enfrenta dificuldades em reduzir o déficit sem comprometer áreas críticas, como saúde, educação e programas sociais”, explicou.

“Embora o governo não tenha detalhado integralmente as áreas afetadas, cortes de gastos dessa magnitude costumam atingir despesas discricionárias, que incluem investimentos e manutenção de serviços públicos. Isso pode gerar impacto em serviços públicos e redução de investimentos”, afirmou Nogami. “Áreas como infraestrutura, cultura, ciência e tecnologia frequentemente sofrem com cortes, o que pode comprometer investimentos de longo prazo. E também afeta diretamente a capacidade de o Estado fomentar o crescimento econômico, gerando efeitos negativos no médio prazo”, disse.

Receita

O economista e sociólogo Vinicius do Carmo destaca que o bloqueio foi necessário devido à expansão não prevista de despesas, particularmente nos benefícios previdenciários. “Embora o governo tenha melhorado a arrecadação, ainda é tímido nos cortes de despesas estruturais”, afirmou. Ele aponta que a gestão atual tem avançado em medidas, como o empoderamento da Receita Federal e a redução de isenções fiscais, mas reforça que um ajuste fiscal efetivo exige um redesenho mais amplo do aparato estatal. “A justificativa que apresentam os representantes do governo é o crescimento não esperado de benefícios previdenciários, acredito que sejam gastos que sejam possíveis de prever por modelos econômétricos e atuariais, o governo esperou tornar imprescindível a realização do bloqueio”, afirma.